

CNPJ: 01.612.486/0001-81

INSTRUMENTO CONVOCATORIO/EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 060/2021 PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 035/2021

PREÂMBULO

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DAS MISSÕES-MG, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede Administrativa na Praca Vicente de Paula, 300, Bairro São Vicente, São João das Missões - MG, inscrito no CNPJ sob o Nº 01.612.486/0001-81, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Jair Cavalcante, torna público que fará a realização de licitação através da modalidade "Pregão Eletrônico", conforme dispõe a Lei nº 8.666/93 e Lei nº 10.520/02 e Decreto 10.024/2019, objetivando a aquisição de trator agrícola equipado com pá carregadeira dianteira, conforme disposto no temo de Convênio nº886455/2019, celebrado entre a União por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-Mapa, detalhado no anexo I - termo de referência, em atendimento à solicitação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável, objeto do Processo Licitatório nº 060/2021 - Pregão Eletrônico nº 035/2021, licitação esta do tipo "Menor Preço", tendo como critério de julgamento por "Preço Unitário", a ser regida pela Lei Federal n° 10.520/02, com aplicação subsidiária da Lei n° 8.666/93 e alterações, em observância ainda, o disposto nos artigos (43, 44 e 45) todos da Lei Complementar nº: 123/06 e alterações, mediante ainda as condições estabelecidas no presente instrumento convocatório/edital e seus anexos, cujo" Propostas Comerciais de Preços e Documentação de Habilitação", deverão serem inseridos na data, local e horário abaixo identificados.

SUMÁRIO

- 01 Local e prazo para envio de envelopes
- 02 Obieto
- 03 Condições para participação
- 04 Impugnação ao instrumento convocatório/edital
- 05 Da proposta: elaboração, envio e classificação
- 06 Da sessão pública de lances
- 07 Dos documentos de habilitação
- 08 –Do julgamento
- 09 Dos recursos
- 10 Da homologação e assinatura do contrato
- 11 Da formalização do contrato
- 12 Pagamento das despesas efetivamente contratadas
- 13 Das sanções administrativas

Pç. Vicente Paula, 300 – São Vicente - CEP: 39.475-000. Fone/Fax: (38) 3613.8109 – 3613.8230

e-mail: licitacao@saojoaodasmissoes.mg.gov.br



CNPJ: 01.612.486/0001-81

- 14 Dos recursos orçamentários
- 15 Do adiamento, revogação ou anulação da presente licitação
- 16 Casos omissos
- 17 Disposições finais
- 18 Publicações dos atos administrativos
- 19 Foro

ANEXOS

Anexo I - Termo de referência.

Anexo II – Minuta do contrato

Anexo III Declaração de conhecimento dos ditames do instrumento convocatório/edital e seus anexos.

Anexo IV- Declaração de cumprimento do inciso XXXIII do art. 7º da constituição federal

Anexo V- Declaração de enquadramento em regime de tributação de microempreendedor individual - MEI, microempresa - ME ou empresa de pequeno porte -EPP Anexo VI- Declaração de inexistencia de inidoneidade para contratar com a administração publica

MODELOS

01 - Carta de credenciamento

02. – Proposta de preços

1. LOCAL E PRAZO DO ENVIO DOS ENVELOPES

RECEBIMENTO D	Início às 08h30min do dia 28/09/2021 até às 08h30min do dia 15/10/2021.
AS PROPOSTAS:	
INICIO DA SESSAO E DISPUTA DE PREÇOS:	as 09h00min do dia 15/10/2021.
REFÉRÊNCIA DE TEMPO:	horário de Brasília (DF).
ENDEREÇO ELETRÔNICO:	http://comprasbr.com.br.

2. OBJETO

e-mail: licitacao@saojoaodasmissoes.mg.gov.br



CNPJ: 01.612.486/0001-81

2.1 constitui objeto desta licitação, aquisição de trator agrícola equipado com pá carregadeira dianteira, conforme disposto no temo de Convênio nº886455/2019, celebrado entre a União por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-Mapa, conforme detalhado no anexo I - termo de referência, e de acordo com o disposto no anexo II minuta do contrato, e demais anexos, instrumentos estes que integram e completam o presente instrumento convocatório/edital para todos os efeitos legais e de direito, estimando o valor global da licitação em R\$250.260,00 (duzentos e cinquenta mil e duzentos e sessenta reais).

3. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

- 3.1- Serão admitidos a participar desta Licitação os que estejam legalmente estabelecidos na forma da Lei, para os fins do objeto pleiteado e estejam devidamente cadastrados e credenciados no Portal de Licitações Compras BR, que atuará como órgão provedor do Sistema Eletrônico.
- 3.2. Não será admitida a participação da presente licitação:
- 3.2.1 Pessoa jurídica cujos diretores, gerentes, sócios e responsáveis técnicos sejam servidores do Município de São João das Missões (MG), pregoeiro ou membro da equipe de apoio, bem como membro efetivo ou substituto da comissão permanente de licitação;
- 3.2.2 Pessoa jurídica que estejam incursas em regime de falência ou concordata, ou que incida em proibição legal de contratar com a Administração Pública em geral.
- 3.2.3 Pessoa jurídica que tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 3.3. A participação na licitação implica automaticamente na aceitação integral e irretratável dos termos e conteúdo deste instrumento convocatório/edital e seus anexos, a observância dos preceitos legais e regulamentos em vigor; e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 3.4-A Prefeitura do Municipío de São João das Missões, não se responsabiliza pelo cadastro realizado junto ao provedor do sistema http://comprasbr.com.br.
- 3.4-Todas as informações, suporte técnico e liberação de senha deverão ser obtidos junto à empresa administradora do sistema. O cadastro deverá ser realizado com antecedência para que não haja atraso na liberação da senha.

4. IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO/EDITAL

4.1.Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados o(a) pregoeiro, até 02 (dois) dias úteis anterior a data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no e-mail compras@saojoaodasmissoes.mg.gov.br, devendo o licitante mencionar o número do processo licitatório e do pregão as informações e/ou esclarecimentos serão prestados pelo pregoeiro no e-



CNPJ: 01.612.486/0001-81

mail mencionado acima, ficando todos os licitantes obrigados a acessá-los para obtenção de informações prestados pelo pregoeiro.

- 4.2. Caso seja acolhida a impugnação contra o ato convocatório/edital, será designada nova data para a realização do certame;
- 4.3 A impugnação feita tempestivamente pelo proponente licitante não o impedirá de participar do processo licitatório, desde que após a apreciação da impugnação o processo siga seus tramites normais.

5. DA PROPOSTA: ELABORAÇÃO, ENVIO E CLASSIFICAÇÃO

- 5.1-Após a divulgação do Edital, as licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, **proposta de preços** com a descrição do objeto ofertado e o preço, **juntamente com os documentos de habilitação** exigidos, até a data e o horário fixados para a abertura da sessão pública do Pregão quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.
- 5.2-A proposta comercial deverá ser apresentada na forma e requisitos indicados nos subitens a seguir:
 - a) Conter, em campo próprio do sistema, o preço unitário e total por item;
 - **b)** No preço cotado já deverão estar incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.
 - **c)** Conter, em campo próprio destinado à descrição detalhada do objeto ofertado, a especificação complementar do objeto cotado;
 - d) Conter a marca e o modelo do objeto cotado.
- 5.3-A validade da proposta deverá ser de no mínimo 60(sessenta) dias, a contar da data da sessão de abertura desta licitação.
- 5.4-Até a abertura da sessão, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.
- 5.5-A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome



CNPJ: 01.612.486/0001-81

no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, e os lances inseridos durante a sessão pública.

5.6-A licitante deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo pregoeiro, pelo sistema, ou de sua desconexão.

5.7-Será desclassificada a proposta que:

- e) Não atenda as especificações, os prazos e as condições definidos neste Edital:
- **f)** A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- g) A licitante cuja proposta seja desclassificada, ficará impedida de participar da sessão de lances, podendo fazer sua manifestação de intenção de recurso após a divulgação do vencedor do certame.
- h) No julgamento das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos os participantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.
- i) Se todas as propostas forem desclassificadas, o(a) Pregoeiro(a) poderá fixar às licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas.
- Neste caso, o prazo de validade das propostas será contado a partir da nova data fixada para sua apresentação.
- **k)** As propostas com valor acima do proposto em edital, serão classificadas para lance, porém, serão desclassificadas na aceitação, caso seu último lance ultrapasse o valor máximo estabelecido no edital.

A Proposta de Preços devidamente readequada aos preços ofertados, deverá ser entregue no prazo máximo de 2 (duas) horas, após a convocação do pregoeiro via sistema/ e-mail, deverá ser



CNPJ: 01.612.486/0001-81

elaborada conforme modelo apensado deste edital, podendo a licitante apresentar suas propostas nos próprios formulários fornecidos ou em cópia literal do respectivo modelo, em papel timbrado da empresa.

6. DA SESSÃO PÚBLICA DE LANCES

6.1-Encerrado o prazo de recebimento das propostas, o pregoeiro, via sistema eletrônico,dará início à Sessão Pública, na data e horário previstos neste Edital, verificando a validade das propostas conforme exigências do edital.

6.2-Classificadas as propostas, terá início a fase competitiva para recebimento de lances, no endereço eletrônico e no dia e horário informados no preâmbulo deste Edital, quando então as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, de valor correspondente ao **MENOR PREÇO**.

6.3-Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades constantes neste Edital, salvo por motivo justo e aceito pelo Pregoeiro.

6.4-As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as seguintes condições:

- **a)** A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema;
- **b)** No caso de lances de mesmo preço, prevalecerá aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.5-Os lances a serem ofertados devem corresponder ao **MENOR PREÇO POR ITEM**.

6.6-Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da detentora do lance.

6.7-Na fase de lances, no caso de evidente equívoco de digitação pelo licitante, em que este equívoco der causa a preço incompatível ou lance manifestamente inexequível, o preço compatível ou lance manifestamente inexequível poderá, motivadamente, ser excluído do sistema.



CNPJ: 01.612.486/0001-81

6.8-Modo de disputa: Para o presente Pregão, será adotado para o envio de lances o Modo de Disputa Aberto, no qual as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme o critério de julgamento definido neste Edital.

6.9-A etapa de envio de lances na sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema eletrônico quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública de lances.

6.10-A prorrogação automática da etapa de envio de lances de que trata o subitem anterior será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

6.11-Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida nos subitens anteriores, a sessão pública de lances será encerrada automaticamente.

6.12-Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema eletrônico, o Pregoeiro poderá admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances será de 1% (um por cento), e incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

6.13-Após a apresentação da proposta e dos lances não caberá desistência, salvo se por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

6.14-Encerrada a etapa de lances, as microempresas e empresas de pequeno porte, será assegurada preferência à contratação, observada as seguintes regras:

- a) As licitantes enquadradas como microempresas e empresas de pequeno porte, existindo empate ficto, o critério utilizado para o desempate será o estabelecido pelos artigos 44 e 45, da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Será considerado empate se houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte no limite de até 5% acima da melhor proposta obtida;
- b) Caso a microempresa, empresa de pequeno porte melhor classificada não exerça o direito de preferência, ou não o faça no tempo determinado de 05 minutos, serão convocadas as licitantes remanescentes que

Pç. Vicente Paula, 300 – São Vicente - CEP: 39.475-000. Fone/Fax: (38) 3613.8109 – 3613.8230 e-mail: <u>licitacao@saojoaodasmissoes.mg.gov.br</u>



CNPJ: 01.612.486/0001-81

porventura se enquadrarem na mesma condição descrita no item anterior, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

6.15-Se a proposta não for aceitável, ou for desclassificada, o Pregoeiro examinará a subsequente, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda a este edital.

7. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1-PARA COMPROVAÇÃO DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Cópia do RG e CPF do representante legal da Empresa;
- **b)** Tratando-se de procurador, apresentar procuração por Instrumento Público ou Particular:
- **c)** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede;
- **d)** No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- e) Em se tratando de Microempreendedor Individual—MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual CCMEI, na forma da Resolução CGSIM 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- f) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- **g)** Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país;
- h) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas(CNPJ);
- i) Para comprovação do porte de Microempreendedores Individuais MEI, Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte - EPP, nos termos da Lei Complementar n.º 123/2006, deverão ser apresentados os seguintes documentos

Pç. Vicente Paula, 300 – São Vicente - CEP: 39.475-000. Fone/Fax: (38) 3613.8109 – 3613.8230

e-mail: licitacao@saojoaodasmissoes.mg.gov.br



CNPJ: 01.612.486/0001-81

 Declaração de enquadramento em regime de Tributação de Microempreendedores Individuais – MEI, Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, nos termos do **Anexo** deste Edital;e

 CERTIDÃO SIMPLIFICADA DA JUNTA COMERCIAL do Estado sede da licitante, comprovando a condições de MICROEMPRESA – ME e EMPRESA DE PEQUENOPORTE – EPP. Essa certidão, não poderá ter prazo de emissão superior a 60 (sessenta)dias.

7.2-PARA COMPROVAÇÃO DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA;

- j) Prova de regularidade conjunta, relativa a Tributos Federais, Dívida Ativa da União, e Contribuições Sociais (INSS), expedida pela Secretaria da Receita Federal;
- **k)** Certidão de Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma daLei:
- I) Certidão Negativa de Débitos Municipais, do domicílio ou sede do proponente, na forma daLei.
- **m)** Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;
- **n)** Apresentar Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas-CNDT, conforme prevê a Lei Federal nº. 12.440, de 07/07/2011.

7.3-PARA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA:

o) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede do proponente com data de expedição não superior a 90 (noventa)dias.

7.4-PARA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

Pç. Vicente Paula, 300 – São Vicente - CEP: 39.475-000. Fone/Fax: (38) 3613.8109 – 3613.8230

e-mail: licitacao@saojoaodasmissoes.mg.gov.br



CNPJ: 01.612.486/0001-81

a) -Comprovação de aptidão mediante apresentação de Atestado de

Capacidade Técnica, para fornecimento, compatível em características,

quantidades e prazos com o objeto de licitação, expedido por pessoa jurídica

de direito público ou privado, em nome da licitante. Os Atestados de

Capacidade Técnica deverão conter o nº do CNPJ da licitante. Se o licitante

for a matriz da empresa, deve estar em nome da matriz, se o licitante for

filial, deve estar em nome da filial.

7.5-DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR: CONFORME MODELOS EM ANEXO

Declaração de conhecimento dos ditames do instrumento a)

convocatório/edital e seus anexos.

Declaração de cumprimento do inciso XXXIII do art. 7º da constituição b)

federal

c) Declaração de enquadramento em regime de tributação de

microempreendedor individual - MEI, microempresa - ME ou empresa de

pequeno porte -EPP

d) Declaração de inexistencia de inidoneidade para contratar com a

administração publica

Declaração que assume inteira **RESPONSABILIDADE** pela

autenticidade de todos os documentos apresentados, e que compromete-se

a manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as

obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação

exigidas na licitação; tem conhecimento e se submete ao disposto na Lei

Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do

Cosumidor, bem como ao edital e Anexos deste pregão.

8. DO JULGAMENTO



CNPJ: 01.612.486/0001-81

8.1-Após o encerramento dos lances, a licitante classificada em primeiro lugar, deverá

encaminhar a proposta ajustada dos itens. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital

e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital,

anexando-os no sistema do http://comprasbr.com.br, no prazo máximo de 02 (duas) horas,

contado da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico.

8.2-A documentação referente à habilitação deverá ser anexada previamente no sistema,

juntamente com a proposta, conforme artigos 25 e 26 do Decreto 10.024/2019. A licitante

que não o fizer será inabilitada.

8.3-O Pregoeiro realizará a aceitação e habilitação, verificando o atendimento das

condições de habilitação da licitante vencedora, mediante a análise da documentação

encaminhada.

8.4-As MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, terão assegurado o

prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, a pedido da interessada e a

critério do pregoeiro, para regularização da documentação referente à REGULARIDADE

FISCAL, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas

ou positivas com efeito de negativas, conforme LCP 147/2014. As certidões de regularidade

fiscal, deverão ser apresentadas, mesmo com validade vencida.

8.5-A não-regularização da documentação fiscal da MPE no prazo previsto, implicará a

decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis, sendo facultado a

convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

8.6-Com a finalidade de verificar se existe restrição da licitante ao direito de participar em

licitações ou celebrar contratos com a Administração Pública, será efetuada consulta ao

Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais— Cadastro de Impedidos de Licitar com a

Administração Pública e portal http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis.

8.7-Não será habilitada a empresa que:

Não comprove a regularidade da documentação habilitatória por

ocasião de sua verificação ou apresente documento com validade vencida,



CNPJ: 01.612.486/0001-81

ressalvado o tratamento diferenciado quanto à regularidade fiscal das MPEs;

Esteja com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública

suspenso ou tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a

Administração Pública, no âmbito Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito

Federal;

b)

Deixe de apresentar a documentação solicitada, apresente-a c)

incompleta ou em desacordo com as disposições deste Edital.

Se a licitante desatender às exigências de habilitação, será inabilitada d)

e o Pregoeiro examinará as condições de habilitação das demais

proponentes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até que

uma licitante atenda plenamente às exigências do Edital.

8.8-Os documentos de habilitação deverão estar em nome da licitante, com o número do

CNPJ e o respectivo endereço referindo-se ao local da sede da empresa licitante. Não

aceitará, portanto, que alguns dos documentos se refiram a matriz e outros a filial ou a

empresa a qual a licitante seja sucessora por qualquer processo de alteração societária,

todos os documentos deverão estar em dia e dentro da validade na data da solicitação,

pelo(a)pregoeiro(a).

8.9-Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação

disponibilizado pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº2.200, de 24 de agosto

de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dessa

forma documentos poderão ser digitalizados е enviados por

compras@saojoaodasmissoes.mg.gov.br, dispensando- se o envio de cópias autenticadas

via correio.

9- DOS RECURSOS

9.1-Atendidas plenamente todas as condições do edital, e após a divulgação da licitante

vencedora deste PREGÃO ELETRÔNICO, qualquer licitante poderá manifestar

motivadamente a intenção de recorrer, desde que devidamente registrada a síntese de suas



CNPJ: 01.612.486/0001-81

razões no sistema eletrônico, endereço http://comprasbr.com.br.

- 9.2-Após a habilitação da empresa primeira colocada, será concedido o prazo de 20(vinte) minutos para as demais licitantes manifestarem a intenção em recorrer.
- 9.3-A recorrente que tiver sua manifestação de intenção de recurso aceita pelo Pregoeiro será concedido o prazo de 3 (tres) dias úteis para apresentar Razões de Recurso, facultando-se às demais licitantes a oportunidade de apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- 9.4-A falta de manifestação motivada da licitante, no prazo estabelecido, importará a decadência do direito de recurso ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.
- 9.5-A recorrente deverá encaminhar as razões do recurso por e-mail compras@saojoaodasmissoes.mg.gov.br na sede do licitador.
- 9.6-Qualquer recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo, salvo nos casos de habilitação ou inabilitação do licitante ou julgamento das propostas, podendo a autoridade competente, motivadamente e presente as razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva.
- 9.7-O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 9,8-Decididos os recursos, e constatada a regularidade dos atos procedimentais, o resultado da licitação será submetido para homologação da autoridade competente.
- 9.9-A decisão em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento aos interessados, por e-mail e publicação no site (www.saojoaodasmissoes.mg.gov.br) da Prefeitura Municipal.

10. DA HOMOLOGAÇÃO E ASSINATURA DO CONTRATO

- 10.1-O resultado da licitação será submetido à consideração da autoridade competente da PREFEITURA MUNICIPAL, para fins de homologação.
- 10.2-Após a homologação do resultado da licitação, a licitante classificada em primeiro lugar terá o prazo de 03 (tres) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação pela CONTRATANTE, para assinar o contrato, conforme minuta (AnexoII).



CNPJ: 01.612.486/0001-81

10.3-A convocação será feita por emissão e encaminhamento do contrato ao Fornecedor.

10.4-Poderá a licitante ser desclassificada até a contratação, se a CONTRATANTE tiver

conhecimento de fato ou circunstância superveniente que desabone sua regularidade fiscal,

trabalhista, jurídica, qualificação técnica e/ou econômico-financeira.

10.5-Se o fornecedor primeiro colocado se recusar a assinar o contrato, sem prejuízo das

sanções aplicáveis, poderão ser convocados os demais fornecedores, obedecida a ordem

de classificação.

10.6-A recusa injustificada da primeira classificada em assinar o contrato dentro do prazo

estabelecido,caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se a

licitante às penalidades previstas neste Edital.

11- DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1-Homologada a licitação, será formalizado o contrato, conforme Minuta em **ANEXO**, com

características de compromisso para a contratação, com o fornecedor primeiro classificado e,

se for o caso, com os demais classificados que aceitar fornecer o produto pelo preço do

primeiro, obedecida à ordem de classificação e os quantitativos propostos.

11.2-No caso do fornecedor primeiro classificado, depois de convocado, não comparecer

ou se recusar a assinar o Contrato, sem prejuízo das cominações a ele previstas neste

Edital, a Prefeitura Municipal de São João das Missões registrará os demais licitantes, na

ordem de classificação, mantido o preço do primeiro classificado na licitação.

12- PAGAMENTO DAS DESPESAS EFETIVAMENTE CONTRATADAS

12.1 O pagamento das despesas efetivamente contraídas, serão pagas pela Tesouraria do

Município, através deposito bancário ou TED em nome da futura Adjudicatária ou futura

contratada, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da nota fiscal devidamente empenhada e

acompanhada da respectiva ordem de fornecimento emitida por servidor do departamento de

compras do Município.



CNPJ: 01.612.486/0001-81

13- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 13.1. Com fundamento nas leis nº. 10.520, de 17/07/2002, e nº. 8.666, de 21/06/1993, poderão ser aplicadas à Contratada, as sanções abaixo, pela inobservância das condições estabelecidas para o objeto a ser contratado, a saber:
 - a) Advertência, nos casos de menor gravidade;
 - b) Suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até cinco anos, se convocada dentro do prazo de validade de sua proposta e :
 - b.1 Não assinar o contrato .;
 - b.2 Deixar de entregar documentação exigida no edital;
 - b.3 Apresentar documentação falsa;
 - b.4 Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
 - b.5 Não mantiver a proposta;
 - b.6 Falhar ou fraudar na execução do objeto;
 - b.7 Comportar-se de modo inidôneo;
 - b.8. Fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal;
 - c) O atraso injustificado no cumprimento do objeto sujeitará o fornecedor à multa de 0,5% (cinco décimos por cento), por dia que exceder ao prazo fixado, calculada sobre o valor do(s) lotes(s) prejudicado(s) pela conduta da Contratada, até o cumprimento do objeto, obedecendo ao limite máximo de 20% (vinte por cento). Limite que ultrapassado, poderá ensejar a rescisão contratual pela Contratante;
 - d) Multa de até 20% (vinte por cento) do valor do(s) lote(s) prejudicado(s) pela conduta da Contratada:
 - d.1 Pela recusa no recebimento da nota de empenho dentro do prazo de validade da contratação;
 - d.2 Pela não assinatura do contrato e de seus aditivos, no prazo estabelecido no edital;



CNPJ: 01.612.486/0001-81

d.3 Pela entrega do objeto fora das especificações estabelecidas no edital de licitação e seus anexos;

- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. Será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada, com base no inciso -b2 acima.
- 1) A sanção da declaração de idoneidade é de competência exclusiva da Prefeitura de São João das Missões, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação. As sanções previstas nas alíneas "b" e "e" poderão ser aplicadas também nas hipóteses de que trata o artigo 88 da Lei nº 8.666/93.
- 2) As multas serão cobradas através de descontos da parcela do pagamento mensal devido. Quando aplicada no último mês do pagamento, poderá ser retida do último pagamento devido. Não havendo nenhuma garantia e se o pagamento já houver sido realizado, a multa deverá ser depositada na conta do Município de São João das Missões, pela Contratada, a ser fornecida pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças. Tendo o serviço finalizado ou fornecimento realizado e o último pagamento já houver sido realizado, a multa poderá ser cobrada na via judicial /por execução fiscal;
- 3) No caso da penalidade de multa, em face dos elevados custos administrativos dos processos para análises e aplicação de sanções, o valor mínimo da multa aplicada será de R\$ 1.000,00 (um mil reais).
- 4) As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, nos casos de suspensão de licitar, o Licitante / Contratado deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.
- 5) Será assegurado ao licitante/fornecedor, previamente à aplicação das penalidades mencionadas, o direito ao contraditório e à ampla defesa.



CNPJ: 01.612.486/0001-81

6) A aplicação de uma das penalidades previstas neste item não exclui a possibilidade de aplicação de outras.

7) A imposição de qualquer sanção administrativa à Contratada implica na impossibilidade de emissão, em favor da empresa, de Atestado de Capacidade Técnica, pelo período de 2 (dois) anos, contados da data da imposição da sanção pelo Município de São João das Missões.

14- DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

14.1-As despesas decorrentes da aquisição do objeto desta licitação, correrão por conta da dotação orçamentária ;

111120.608.0035.3085 AQUIS. VEICULOS E EQUIPAMENTOS AGRICOLAS
3449052000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 0124 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS NÃ
765-0

15- DO ADIAMENTO, REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DA PRESENTE LICITAÇÃO

15.1. A Autoridade Máxima Municipal, observadas razões de conveniência e oportunidade devidamente justificadas, poderá revogar a qualquer momento o presente procedimento, ou declarar a sua nulidade por motivo de ilegalidade mediante despacho fundamentado.

15.2. A anulação do procedimento convocatório/edital vincula à do instrumento contratual.

16. CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos, assim como as dúvidas, serão resolvidos com base na Lei Federal de Licitação nº 8.666/93, e demais cominações legais, cujas normas ficam incorporadas ao presente instrumento convocatório/edital e ao anexo — contrato administrativo, ainda que delas não se faça aqui menção expressa.

17. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 17.1. A participação na licitação importa em total, irrestrita e irretratável submissão das proponentes licitantes às condições deste instrumento convocatório/edital e seus anexos.
- 17.2. A proponente licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos

e-mail: licitacao@saojoaodasmissoes.mg.gov.br



CNPJ: 01.612.486/0001-81

documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

- 17.3. Reserva-se ao Pregoeiro Oficial do Município, o direito de solicitar durante o julgamento do certame informações complementares.
- 17.4. No interesse da Administração, sem que caiba aos participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:
- 17.4.1. Adiada a data da abertura desta licitação.
- 17.4.2. Alterada as condições do presente edital com fixação de novo prazo para a sua realização.
- 17.5. Não se permitirá a qualquer das proponentes licitantes solicitar a retirada de envelopes ou cancelamento de propostas após a sua entrega.
- 17.6. As normas que disciplinam este Pregão Eletrônico serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

18. PÚBLICAÇÕES DOS ATOS ADMINISTRATIVOS

18.1. Com exceção do extrato do contrato administrativo que será publicado no Diário de Imprensa Oficial da união, Diário oficial do estado de Minas Gerais e quadro de aviso localizado no hall de entrada do prédio onde funciona a Prefeitura Municipal de São João das Missões-MG, demais atos administrativos, dentre eles (cópia da ata, termo de adjudicação, termo de homologação e resultado do processo), serão publicados somente no quadro de aviso da Prefeitura conforme prescreve o art. 88 da Lei Orgânica Municipal, bem como será veiculado no site oficial do Município www.saojoaodasmissoes.mg.gov.br.

19. FORO

- 19.1 Fica eleito o foro da Comarca de Manga/MG, para dirimir qualquer dúvida ou conflito acerca do presente instrumento convocatório/edital, sob renúncia de qualquer outra por melhor condições a que venha oferecer.
- 19.2 Qualquer informação e/ou esclarecimento relativo a este Instrumento convocatório/edital, deverá ser solicitada via e-mail compras@saojoaodasmissoes.mg.gov.br e as respostas serão dadas pelo departamento de licitação no mesmo e-mail e, para conhecimento público, será veiculada no site oficial do Município www.saojoaodasmissoes.mg.gov.br.

São João das Missões, 16 de setembro de 2021.



CNPJ: 01.612.486/0001-81

Ivonete Alves Ferreira
Secretária Municipal de Administração e Finanças
Jair Cavalcante Barbosa
Prefeito Municipal



CNPJ: 01.612.486/0001-81

ANEXO I-TERMO DE REFERÊNCIA

DADOS DO PROPONENTE:

Prefeitura Municipal de São João das Missões - MG inscrita no CNPJ: 1.612.486/0001-81, situada na Praça Vicente de Paula, nº 300, Centro CEP: 39.475-000 MG, E-mail: prefeitura@saojoaodasmissoes.mg.gov.br.

DADOS DA RESPONSÁVEL:

Prefeito Municipal: **JAIR CAVALCANTE BARBOSA**, portador do CPF: 074.323.946-60 e RG: MG-14.655.532 SSP/MG. Endereço FAZENDA MUNDO NOVO – ALDEIA BREJO MATA FOME – RESERVA INDIGENA XAKRIABÁ-CEP: 39.475-000 – SÃO JOÃO DAS MISSÕES - MG.

DADOS DAS EMPRESAS PARTICIPANTES DA COTAÇÃO DE PREÇOS:

Triama BD peças e serviços automotivos Ltda – Rua do Rosário, nº 1599 – São José – Bom Despacho– Minas Gerais – CNPJ: 11.078.678/0001-03 – Telefone (37) 3221-9500 – Contato: Alan Wilson Monteiro

Comercial Licita Maquinas Eireli – Rua Elias Michel Farah, n° 32- Goiânia – Belo Horizonte – Minas Gerais – CNPJ: 15.513.036/0001-46 – Telefone (31) 3432-5147 – Contato: Edgar Rolim Machado.

Triama Norte Tratores Implementos Agrícolas e Máquinas Ltda – Av. dep. Plinio Ribeiro, nº 937— Esplanada – Montes Claros – Minas Gerais – CNPJ: 01.563.351/0001-73 – Telefone (38) 3690-6117 – Contato: Marcio Gonçalves.

COTAÇÕES

ITENS	Triama BD	Comercial	Triama NorteTratores
	peças e serviços automotivos Ltda	Licita Maguinas	ImplementosAgrícolas
	automotivos Lida	Maquinas Eireli	e MáquinasLtda

Pç. Vicente Paula, 300 – São Vicente - CEP: 39.475-000. Fone/Fax: (38) 3613.8109 – 3613.8230

e-mail: licitacao@saojoaodasmissoes.mg.gov.br



CNPJ: 01.612.486/0001-81

1- TRATOR AGRÍCOLA, TRATOR AGRÍCOLA DE PNEUS COM PLATAFORMA DE OPERAÇÃO ABERTA, NOVO, ANO VIGENTE, MÍNIMO 04 CILINDROS, POTENCIA MÍNIMA DE 80 CV; ESTRUTURA "ROPS" TETO DE PROTEÇÃO NO CAPOTAMENTO; TRANSMISSÃO NO MÍNIMO 8 MARCHAS À FRENTE 2 MARCHAS À RÉ, SISTEMA DE DIREÇÃO HIDROSTÁTICA, TRAÇÃO 4X4, FREIO DISCO ÚMIDO, CAPACIDADE DE LEVANTE NO MÍNIMO 2.300 KG, CAPACIDADE DE TANQUE DE COMBUSTIVEL NO MÍNIMO 70 LITROS; PNEUS DIANTEIROS MÍNIMO 11,9- 24R1 E TRASEIROS MÍNIMO 16,9- 30R1; JOGO DE PESOS FRONTAIS. GARANTIA DE 24 MESES. FORNECEDOR COM ASSISTENCIA TÉCNICA AUTORIZADA E CREDENCIADA PELO FABRICANTE EM MINAS GERAIS NUM RAIO DE ATÉ 300KM DO MUNICÍPIO DE SÃO JOAO DAS MISSÕES.		R\$214.000,00	R\$198.000,00
2- PLAINA / PA AGRICOLA CONJUNTO DIANTEIRO AGRÍCOLA COMPLETO COMPOSTOPOR PÁ AGRÍCOLA FRONTAL MODULADA, LARGURA APROXIMADA DE 1700MM, CAPACIDADE DE CARGA DE NO MÍNIMO 1.500 KG, ALTURA DO LEVANTE APROXIMADO DE 2.900MM, EQUIPAMENTO COMPATÍVEL E JÁ INSTALADO.	R\$ 40.000,00		R\$54.990,00
VALOR TOTAL	R\$ 245.000,00	R\$ 248.000,00	R\$ 252.990,00

DESCRIÇÃO DOS OBJETOS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUA	VAL. UNIT
			NT.	



CNPJ: 01.612.486/0001-81

MÉTODO DE AQUISIÇÃO

A aquisição do TRATOR AGRÍCOLA COMPOSTO POR PÁ CARREGADEIRA será mediante processo licitatório em consonância com a lei 8.666/93 e legislação complementar.

A licitação será realizada por Pregão Eletrônico.

PRAZO DE EXECUÇÃO

O prazo de execução será de 120 dias.

São João das Missões - MG, 02 de setembro de 2021.

Pç. Vicente Paula, 300 – São Vicente - CEP: 39.475-000. Fone/Fax: (38) 3613.8109 – 3613.8230 e-mail: licitacao@saojoaodasmissoes.mg.gov.br



CNPJ: 01.612.486/0001-81

DIMAS SANTANA SARAIVA Secretário Municipal de Agricultura

JAIR CAVALCANTE BARBOSA

Prefeito Municipal



CNPJ: 01.612.486/0001-81

AN II - MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

Contrato Administrativo nº.....2021

PROCESSO LICTATORIO N° 060/2021 PREGÃO ELETRÔNICO N° 035/2021

PREAMBULO

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DAS MISSÕES, Estado de Minas Gerais, inscrito no CNPJ sob o
n°: 01.612.486.0001-81, com sede Administrativa na Praça Vicente de Paula, 300, Bairro São
Vicente, São João das Missões-MG, denominado simplesmente de "Contratante", neste ato
representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Jair Cavalcante Barbosa
(qualificar) Centro – São João das Missões - MG, e de outro lado
a empresa (qualificar), de ora em diante denominada simplesmente
"Contratada", neste ato representado por (qualificar) para a aquisição de trator
agrícola equipado com pá carregadeira dianteira, conforme disposto no temo de Convênio
nº886455/2019, celebrado entre a União por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e
Abastecimento-Mapa e de acordo com o detalhado no anexo I - Termo de Referência, conforme
solicitação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável, objeto do
Processo Licitatório 060/2021 – Pregão eletrônico nº 035/2021, com regime de execução indireta
- empreitada por preço unitário em observância aos ditames da Lei 8.666/93, Lei 10.520/12, e
demais alterações, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações dada pela
Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014 em observância ao teor da justificativa, bem
como em conformidade com as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS OBJETOS

1.1 Constitui objeto deste contrato administrativo a **aquisição de trator agrícola equipado com pá carregadeira dianteira**, conforme descrito no quadro abaixo:

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO DOS OBJETOS	VR UNIT	VR. TOTAL
01					
02					
Valor (Blobal e	stimado	>>>>>>>>>>>		

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR GLOBAL E FORMA DE PAGAMENTO

2.1 - Dos preços

Pç. Vicente Paula, 300 – São Vicente - CEP: 39.475-000. Fone/Fax: (38) 3613.8109 – 3613.8230 e-mail: licitacao@saojoaodasmissoes.mg.gov.br



CNPJ: 01.612.486/0001-81

	2.1.1 O Contratante pagará a Contratada, a importância global estimada em R\$
(() dos itens descritos na clausula primeira.
	,

2.1.2 Os preços referidos na proposta, incluem todos os custos e benefícios decorrentes do fornecimento dos itens, tais como encargos sociais, previdenciário, trabalhista, Finanças, seguro etc, de modo a constituírem a única e total contraprestação pela execução do contrato administrativo.

2.2 - Do Pagamento

- 2.2.1 O pagamento das despesas decorrentes, será efetuado pela Tesouraria do Município, através deposito bancário ou TED em nome da Contratada, até o 30° (trigésimo) dia a contar data da emissão da nota fiscal/fatura devidamente empenhada e acompanhada da respectiva autorização de fornecimento.
- 2.2.2 Na nota fiscal deverá constar os dados bancários para depósito do valor devido relativo ao fornecimento do objeto.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da dotação orçamentária nº

111120.608.0035.3085 AQUIS. VEICULOS E EQUIPAMENTOS AGRICOLAS 3449052000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 0124 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS NÃ 765-0

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGENCIA CONTRATUAL

- 4.1 Este contrato terá vigência a contar da data da sua assinatura e encerrar-se-á no dia 31/12/2021.
- 4.2 O presente contrato administrativo poderá ser prorrogado em observância ao interesse público, em conformidade com o prescrito no art. 57 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

5.1 A **Contratada** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos e supressões se fizerem no fornecimento de até 25% (vinte e cinco por cento), de acordo com o que preceitua o Art 65 da lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRANTE



CNPJ: 01.612.486/0001-81

- 6.1 Nomear servidor na qualidade de fiscal da execução do contrato administrativo conforme estabelece o art. 67 da Lei 8.666/93, onde dita fiscalização não exime a Adjudicatária de suas responsabilidades.
- 6.2 Constituir a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável, como "Órgão Gerenciador" do contrato, mediante apoio do Departamento de compras.
- 6.3 Notificar, formalmente, à Adjudicatária detentora do Contrato Administrativo quando constatar o declínio no cumprimento das suas obrigações e que venham expor o Município em prejuízo, para as devidas providências corretiva fixando-lhe, nos termos da lei, prazo para apresentação de defesa.
- 6.4 Aplicar as penalidades decorrentes de descumprimento das avenças pactuadas no Contrato Administrativo em conformidade com o estabelecido no instrumento convocatório/edital e na Lei Federal nº 8.666/93.
- 6.5 Providenciar os devidos pagamentos através da tesouraria do Município, decorrente das despesas efetivamente contraídas, nos prazos avençados, qual seja no prazo de até 30 (trinta) dias a contar da data da nota fiscal devidamente empenhada e acompanhada da respectiva autorização de fornecimento.
- 6.6 Atestar o recebimento dos produtos contratados no documento fiscal correspondente (nota fiscal);
- 6.7 Arcar com as despesas de publicação do extrato do Contratos Administrativos, bem como dos termos aditivos que venham a ser firmados.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- 7.1 A Adjudicatária detentora do contrato deverá dar início no fornecimento dos objetos mediante recebimento da respectiva autorização de fornecimento, emitidas pelo Departamento de Compra do Município, onde a entrega e a emissão da nota fiscal deverá ser em conformidade com o requisitado na respectiva autorização de fornecimento, não se admitindo fracionamento na entrega dos quantitativos dos objetos descritos na autorização de fornecimento, devendo a entrega ser in loco (sede do Município) por conta e risco da Adjudicatária detentora do contrato, entrega esta que deverá ser realizada no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da autorização de fornecimento, em observância ainda aos ditames da Lei Federal de Licitação n° 8.666/93 e suas alterações.
- 7.2 Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações decorrentes desta licitação avocando para si reparos de quaisquer prejuízos decorrentes de fato supervenientes, isentado a Administração de qualquer co-responsabilidade;



CNPJ: 01.612.486/0001-81

- 7.3 Manter durante toda a vigência do contrato administrativo, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 7.4 Apresentar durante o prazo de vigência do contrato administrativo, quando solicitado pela Administração, documentos que comprovem estar cumprindo as obrigações para com o fisco na esfera Federal, Estadual, Municipal, FGTS e Trabalhista, objeto de apresentação de Certidões Negativas de Débitos, emitidas com a mesma data ou posterior a data da respectiva nota fiscal.
- 7.5 Fica vedada ainda à futura Adjudicatária, a negociação de títulos, emitidas contra o Município de São João das Missões/MG, sob qualquer pretexto, em face da celebraçã do contrato por conta do fornecimento dos objetos da presente licitação;
- 7.6 Será objeto de emissão de nota fiscal em conformidade com as exigências do fisco municipal e estadual, sujeitando a Adjudicatária em penalidades legais por descumprimento da obrigação.
- 7.7 Adjudicatária no ato da emissão na nota fiscal deverá mencionar o mesmo número do CNPJ indicado na proposta de preço e nos documentos de habilitação.

CLÁUSULA OITAVA - DO CRITERIO DE REAJUSTE DE PREÇOS

8.1 Eventual reajustamento de preços só será permitido se houver aumento do preço dos itens desde que homologado pelo órgão federal controlador.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

- 9.1 O instrumento contratual firmado em decorrência da presente licitação poderá ser rescindido de conformidade com o disposto nos arts. 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.
- 9.2 Na hipótese de ocorrer a rescisão administrativa prevista no art. 79, inciso I, da Lei n. 8.666/93, à Administração são assegurados os direitos previstos no art. 80, incisos I a IV, parágrafos 1º a 4º, da Lei citada.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO

- 10.1 A fiscalização sobre a entrega dos itens da presente licitação será exercida por um representante do **Contratante**, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93.
- 10.2 A fiscalização de que trata o item anterior não exclui, nem reduz a responsabilidade da **Adjudicatária**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ou em decorrência de imperfeições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, inexistindo em qualquer circunstância, a co-responsabilidade da Administração ou de seus



CNPJ: 01.612.486/0001-81

agentes e prepostos, conforme prevê o art. 70 da Lei nº 8.666/93.

10.3 O **Contratante** se reserva ao direito de rejeitar no todo ou em parte os produtos, se considerados em desacordo com os termos do presente contrato.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - DA NOVAÇÃO

11.1 Toda e qualquer tolerância por parte do **Contratante** na exigência do cumprimento do presente contrato administrativo, não constituirá novação, nem muito menos, a extinção da respectiva obrigação, podendo a mesma ser exigida a qualquer tempo.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 12.1. Com fundamento nas leis nº. 10.520, de 17/07/2002, e nº. 8.666, de 21/06/1993, poderão ser aplicadas à Contratada, as sanções abaixo, pela inobservância das condições estabelecidas para o objeto a ser contratado, a saber:
 - f) Advertência, nos casos de menor gravidade;
 - g) Suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até cinco anos, se convocada dentro do prazo de validade de sua proposta e:
 - g.1 Não assinar o contrato;
 - g.2 Deixar de entregar documentação exigida no edital;
 - g.3 Apresentar documentação falsa;
 - g.4 Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
 - g.5 Não mantiver a proposta;
 - g.6 Falhar ou fraudar na execução do objeto;
 - g.7 Comportar-se de modo inidôneo;
 - b.8. Fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal;
 - h) O atraso injustificado no cumprimento do objeto sujeitará o fornecedor à multa de 0,5% (cinco décimos por cento), por dia que exceder ao prazo fixado, calculada sobre o valor do(s) lotes(s) prejudicado(s) pela conduta da Contratada, até o cumprimento do objeto, obedecendo ao limite máximo de 20% (vinte por cento). Limite que ultrapassado, poderá ensejar a rescisão contratual pela Contratante;



CNPJ: 01.612.486/0001-81

- i) Multa de até 20% (vinte por cento) do valor do(s) lote(s) prejudicado(s) pela conduta da Contratada:
- i.1 Pela recusa no recebimento da nota de empenho dentro do prazo de validade da contratação;
- i.2 Pela não assinatura do contrato e de seus aditivos, no prazo estabelecido no edital;
- i.3 Pela entrega do objeto fora das especificações estabelecidas no edital de licitação e seus anexos;
- j) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. Será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada, com base no inciso -b2 acima.
- 8) A sanção da declaração de idoneidade é de competência exclusiva da Prefeitura de São João das Missões, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação. As sanções previstas nas alíneas "b" e "e" poderão ser aplicadas também nas hipóteses de que trata o artigo 88 da Lei nº 8.666/93.
- 9) As multas serão cobradas através de descontos da parcela do pagamento mensal devido. Quando aplicada no último mês do pagamento, poderá ser retida do último pagamento devido. Não havendo nenhuma garantia e se o pagamento já houver sido realizado, a multa deverá ser depositada na conta do Município de São João das Missões, pela Contratada, a ser fornecida pela Secretaria Municipal responsável. Tendo o serviço finalizado ou fornecimento realizado e o último pagamento já houver sido realizado, a multa poderá ser cobrada na via judicial /por execução fiscal;

10)No caso da penalidade de multa, em face dos elevados custos administrativos dos processos para análises e aplicação de sanções, o valor mínimo da multa aplicada será de R\$ 1.000,00 (um mil reais).



CNPJ: 01.612.486/0001-81

11) As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, nos casos de suspensão de licitar, o Licitante / Contratado deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais. 12) Será assegurado ao licitante/fornecedor, previamente à aplicação das penalidades

mencionadas, o direito ao contraditório e à ampla defesa.

13) A aplicação de uma das penalidades previstas neste item não exclui a possibilidade de aplicação de outras.

14) A imposição de qualquer sanção administrativa à Contratada implica na impossibilidade de emissão, em favor da empresa, de Atestado de Capacidade Técnica, pelo período de 2 (dois) anos, contados da data da imposição da sanção pelo Município de São João das Missões.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VINCULAÇÃO

13.1 As partes contratantes ficam vinculadas aos termos do anexo I - Termo de Referência e ao valor da proposta comercial de preço, bem como ao teor da Lei Federal nº 10.520/02, da Lei Federal de Licitação n° 8.666/93, e ao teor do presente contrato administrativo para todos os efeitos legais e de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 É vedado às partes transferir a terceiros qualquer ou obrigação prevista neste instrumento contratual, sem prévio acordo devidamente homologado pelas partes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

15.1 É de total responsabilidade da Administração, efetuar a publicação do extrato do contrato administrativo, dentro do prazo legal, conforme determina a legislação pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS

16.1 Os casos omissos, assim como as dúvidas, serão resolvidos com base na Lei nº 8.666/93,Lei 10.520/2012 e sua alterações com alterações cujas normas ficam incorporadas ao presente instrumento, ainda que delas não se faça aqui menção expressa.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1 As partes elegem o foro da Comarca de Manga/MG, para dirimir quaisquer questões

e-mail: licitacao@saojoaodasmissoes.mg.gov.br



CNPJ: 01.612.486/0001-81

decorrentes da execução do presente Contrato.	
E por estarem justos e contratados, assinam o preser e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas que	` ,
São João das Missões (MG), de	de 2021
Jair Cavalcante Barbosa	Nome
Prefeito Municipal	Empresa
Testemunhas: 1	2



CNPJ: 01.612.486/0001-81

ANEXO III - DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DOS DITAMES DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO/EDITAL E SEUS ANEXOS

PROCESSO LICITATORIO Nº: 060/2021 PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 035/2021

DECLARAÇÃO

- a)Tomou conhecimento e concorda com todas as condições estabelecida no instrumento convocatório/edital e seus anexos, objeto do Processo Ligitatório n° 060/2021 Pregão eletrônico n°: 035/2021, e que não existe fato impeditivo quanto a participação da empresa qualificada acima em participar no certame até a presente data, bem como devemos declará-los caso venha a ocorrer durante a execução do futuro contrato administrativo, caso a mesma seja declarada vencedora do certame;
- b) No tocante aos requisitos de habilitação e que toda "Documentação/habilitação", apresentada são de nossa autoria e responsabilidade e que nos preços apresentados em nossa "Proposta Comercial" estão inclusos todas as obrigações financeiras dentre elas encargos sociais e trabalhistas, bem como os demais constantes do referido instrumento licitatório e seus anexos;
- c) Sob pena de ação penal que nenhum dirigente, gerente ou sócio, responsável técnico, membro do corpo técnico ou administrativo da declarante, pertence ao quadro temporário ou permanente da Prefeitura Municipal de São João das Missões MG;
- d) Renuncia a qualquer indenização ou compensação, a qualquer título ou pretexto, em decorrência da participação desta empresa na supramencionada licitação;
- e) Não obstante, declara ainda sob pena da lei que não foi considerada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública nas esferas Municipais, Estaduais e/ou Federal
- f) Que assume inteira **RESPONSABILIDADE** pela autenticidade de todos os documentos apresentados, e compromete-se a manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; tem conhecimento e se submete ao disposto na Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990- Código de Defesa do Consumidor, bem como ao Edital e Anexos deste pregão;

Por ser a expressão da verdade, assinamos a presente para um só efeito.



CNPJ: 01.612.486/0001-81

Local/Data ·	l	/	
Local Data ,	,	/	

Nome do signatário CPF n°: >>>



CNPJ: 01.612.486/0001-81

ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 060/2021 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2021

SÍNTESE DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE TRATOR AGRÍCOLA EQUIPADO COM PÁ
CARREGADEIRA DIANTEIRA.
DECLARAÇÃO
A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, por intermédio de seu representante o(a) Sr(a) portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos
Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz .
Local/data de de
(Assinatura representante legal)



CNPJ: 01.612.486/0001-81

ANEXO V – DECLARAÇÃO DE DE ENQUADRAMENTO EM REGIME DE TRIBUTAÇÃO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI, MICROEMPRESA - ME OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE -EPP

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 060/2021 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2021

SÍNTESE DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE TRATOR AGRÍCOLA EQUIPADO COMPÁ CARREGADEIRA DIANTEIRA.					
DECLARAÇÃO					
A Empresa xxxxx inscrita no CNPJ sob n.ºxxxx, com sede na xxxxxxx, DECLARA para todos os fins de direito, especificamente para participação na licitação sob modalidade Pregão Eletrônico n.º 035 / 2021, que estou(amos) sob o regime de Microempreendedor Individual – MEI ou Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP, para efeito do disposto na Lei Complementar n.º123/2006. Pôr ser a expressão da verdade firmo a presente declaração em uma via e para um só efeito					
Local/Data,de					
Assinatura do Declarante					



CNPJ: 01.612.486/0001-81

ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE INEXISTENCIA DE INIDONEIDADE PARA CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PUBLICA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 060/2021 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2021

SÍNTESE DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE TRATOR AGRÍCOLA EQUIPADO COMPÁ
CARREGADEIRA DIANTEIRA.
DECLARAÇÃO
A empresa(qualificar), através do seu signatário/representante legal
Pôr ser a expressão da verdade firmo a presente declaração em uma via e para um só efeito.
Local/Data,dede
Assinatura do Declarante



CNPJ: 01.612.486/0001-81

MODELO - CARTA DE CREDENCIAMENTO DE REPRESENTAÇÃO

À
Prefeitura Municipal de São João das Missões
At. Pregoeiro Oficial do Município
SÃO JOÃO DAS MISSÕES-MG

Prezado Senhor,			
n°: 060/2021 – Pregão equipado com pá carre Não obstante certifica proposta comercial, as contestações, receber	eletrônico nº 035/202 gadeira dianteira. que o mesmo esta a ssinar contratos e a intimações e notifica	relativas à Licitação, inerente ao Processo Licitatório 21, que tem como objeto a aquisição de trator agrícolo autorizado a assinar atas, rubricar documentações objetos a trator agrícolo de sentar instrumento de interposição de recursos e ações, desistir expressamente dos prazos recursais	o a e e
enfim, praticar todos os	atos necessários ob	jeto do Processo Licitatório em referência.	
Local/Data	, de	de	
	Accinat	ura do signatário	_

Assinatura do signatário (Reconhecer firma em cartório)



anexos.

d) Indicar a <u>marca</u> do item cotado.

Prefeitura Municipal de São João das Missões – MG

CNPJ: 01.612.486/0001-81

MODELO DE - PROPOSTA COMERCIAL DE PREÇOS

Loc	al/Data	a;		, de de 2021.		
À Prefeitura Municipal de São João das Missões Att. Pregoeiro Oficial do Município SÃO JOÃO DAS MISSÕES/MG						
Pre	zado S	Senhor,				
ΑE	A Empresa(qualificar), através do seu procurador Sr(qualificar)(qualificar)					
dec	lara q	ue esta (ciente dos	s ditames do instrumento licitação/edital e seu	s anexos, iner	ente ao
Pro	Processo Licitatório n° 060/2021 – Pregão eletrônico n° 035/2021 e, não obstante vem mui			em mui		
res	respeitosamente, apresentar proposta comercial de preços objetivando a aquisição de trator					
agr	agrícola equipado com pá carregadeira dianteira, em atendimento à solicitação da Secretaria					
Municipal de Desenvolvimento Econômico sustentável, conforme detalhado abaixo e, em						
observância ao que prescreve conforme detalhado no anexo I - termo de referencia e em						
con	formid	ade com	o detalha	do no anexo II – minuta do contrato		
	EM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VR UNIT.	VR TOTAL
02						
		obal est	imado>>	>>>>>>		
	<u> </u>					
,	a) VALOR GLOBAL PROPOSTO:R\$()					
b)	b) PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: () dias, contados da data de sua			а		
	•	•	(1	o inferior a 60 dias, conforme Edital).		
c)	A proposta deverá ser formulada em conformidade com a especificação técnica do					
	objeto	, somen	ite será a	ceito objeto com a mesma especificação desc	crita no edital e	9

e) Será admitido no preço unitário o fracionamento de centavo(s) até duas casas decimais. Declaração: A empresa, por intermédio de seu representante legal abaixo identificado, para todos os efeitos legais e administrativos, sob as penas da lei, DECLARA: Que se responsabiliza pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e

e-mail: <u>licitacao@saojoaodasmissoes.mg.gov.br</u>



CNPJ: 01.612.486/0001-81

verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo à PREFEITURA MUNICIPAL responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros. Declara ainda, que nos preços cotados estão incluídos todas as despesas, tributos e encargos de qualquer natureza incidentes sobre o objeto do Edital, nada mais sendo lícito pleitear a esse título.

	Assinatura
Local e data.	

Obs: Utilizar papel timbrado ou carimbo com CNPJ da Empresa.